SUJEITOS QUE *SOBRE* A MARÉ *VIVEM*: Modos de vida e expressões de resistência nas Palafitas Campina em São José de Ribamar- MA

Helane dos Santos de Araujo[1]

RESUMO: O presente artigo foi elaborado a partir das discussões na disciplina de Pesquisa I, tendo como objetivo uma aproximação ao exercício da pesquisa para fins de delimitação e problematização de um determinado objeto de estudo para fins monográficos, assim definido: as condições de moradia das famílias palafitadas e a atuação do Estado no bairro da Campina no município de São José de Ribamar, situada na região metropolitana de São Luís- MA. Partindo do mapeamento das condições de moradia dessas famílias, busca-se identificar se elas possuem o acesso a políticas públicas, bem como analisar o processo de degradação do meio ambiente e os impactos na qualidade de vida das famílias.

Palavras Chaves: Questão Urbana. Palafitas. Moradia. Meio Ambiente. Políticas Públicas

Abstract: This article was elaborated from the discussions in the Research I discipline, having as its objective an approach to the exercise of research for the purpose of delimiting and problematizing a certain object of study for monographic purposes, as defined: the housing conditions of families on stilts and actions of the State in the neighborhood of Campina in the municipality of São José de Ribamar, located in the metropolitan region of São Luís – MA. From the mapping of housing conditions of these families, it seeks to identify whether they have acess to public policies, as well as to analyze the process of environmental degradation and the impacts on the quality of life of these families.

Keywords: Urban Question. Stilts houses. Housing. Environment. Public Policies.

1 INTRODUÇÃO

O surgimento das cidades no mundo sempre foi demarcado pela forte segregação sócio espacial e no Brasil não foi diferente. O próprio processo de colonização do país contribuiu para a configuração do rural e urbano hoje. Diante disso, o debate acerca da questão urbana é fundamental para se compreender o processo de crescimento e urbanização da cidade que nos cerca, uma vez que a

[1]Universidade Federal do Maranhão- UFMA. Graduanda em Serviço Social. E-mail: helanearaujo013@gmail.com

definição de urbanização sempre foi ligada a produção, ou seja, a cidade se torna uma imensa expressão das contradições do sistema capitalista.

No Brasil, durante a primeira década dos anos 2000, o Governo Lula criou o Ministério da Cidade tencionando articular todos os setores referentes ao desenvolvimento urbano; a Política Nacional de Habitação (PNH); o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), Minha Casa Minha Vida e outros programas de inclusão social, com o propósito de responder a demanda das famílias que lutavam pela moradia digna. No entanto, grande parte da população brasileira ainda vive sem moradia ou em condições precárias.

Esse cenário se agrava significativamente quando se faz um recorte para a conjuntura atual, os retrocessos causados pelo Governo Bolsonaro dificultam a implementação da política pública de habitação, com a dissolução do Ministério da Cidade e a criação de um Superministério da Infraestrutura, no qual administra amplamente projetos referentes a infraestrutura nacional, além da criação do Programa Casa Verde e Amarela, que tornou-se alvo de crítica por não contemplar a população mais vulnerável (BERNOINI, 2020)

Dessa forma, o presente artigo busca a problematização sobre as condições de moradia das famílias palafitadas e a atuação do Estado no bairro da Campina no município de São José de Ribamar, situada na região metropolitana de São Luís - MA. Partindo do mapeamento das condições de moradia dessas famílias, identificando se elas possuem o acesso a políticas públicas, bem como analisar o processo de degradação do meio ambiente e os impactos na vida das famílias.

Desse modo, o conteúdo do trabalho foi sistematizado em dois tópicos principais. No primeiro, optou-se por partir do surgimento do debate da questão urbana no mundo e logo em seguida no Brasil. Em seguida, além de abordar as palafitas como expressão da questão urbana, tendo enfoque na particularidade das famílias que vivem sob condições de palafitas no bairro da Campina em São José de Ribamar.

2 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DA QUESTÃO URBANA

Os estudos de Engels em sua obra *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra em 1845* já denotavam uma preocupação com o crescimento desordenado das cidades. No caso específico da Inglaterra, tendo como marco a Revolução

Industrial, onde ocorre a substituição da mão de obra humana pelas máquinas com a introdução da máquina a vapor nas fábricas têxteis e a divisão do trabalho. Esses fatores têm impacto nas relações sociais e consequentemente em como o território se organiza (Lefebvre, 1999). Segundo Engels (1845, p.56-57 apud LEFEBVRE, 1999, p.11), "a concentração da população acompanha o do capital", ocorrendo assim o surgimento dos bairros operários. Isto contribuiu como afirma Lefebvre (1999) para que os primeiros conceitos de urbanismo sejam de amontoados de casas ao redor das indústrias.

Neste cenário, os operários viviam em habitações precárias e insalubres, com baixos salários e com extensas horas de trabalho. Engels compreende que a maneira com que a cidade se organiza, diz muito sobre o modo de vida de seus habitantes, uma vez que Londres convive entre o milagre da civilização e extrema pobreza. Diante disso, surgem os grandes conflitos resultantes da industrialização, emergindo a questão urbana como expressão da questão social no século XIX.

A partir disso, diversos autores passaram a discutir a questão urbana, Castells (1983) definiu assim:

> A questão urbana é ideológica, confundindo- se com um discurso das problemáticas espaciais, com processo de (re) produção da força de trabalho e com a espacialidade cultural da sociedade urbana. Essa ideologia é formada por contradições vividas cotidianamente pelos indivíduos e grupos sociais, não sendo uma simples denúncia, mas uma reflexão-ação necessária na problemática urbana [..] o problema urbano é articulado com as contradições estruturais e das diferentes lutas de classes, possuindo, assim, uma dimensão prática-política e outra prática teórica. Logo, a ideologia urbana é marcada pelo desenvolvimento desigual e combinado do espaço urbano.
> (BATISTA; CHRISTMANN, 2016, p.670-671)

Dessa maneira, se torna notório que com a urbanização, novas necessidades surgem, principalmente a necessidade da política de intervenção do Estado, por meio de políticas públicas, mediante a diversas lutas das classes operárias.

2. QUESTÃO URBANA NO BRASIL: breve configuração da emergência ao contexto atual

A Lei Áurea ao decretar a liberdade daqueles que viviam sob a condição de escravos, não garantiu nenhum tipo de reparo para essa população que foi jogada nas ruas em busca de emprego e moradia para sua sobrevivência. Diante disso, "o

1Universidade Federal do Maranhão- UFMA. Graduanda em Serviço Social. E-mail: helanearaujo013@gmail.com

(a) escravo (a) passará a ocupar o ambiente urbano e a disputar o uso do solo urbano. Com o notório desenvolvimento das cidades brasileiras, os espaços da cidade passaram a possuir cor e classe social." (COSTA; AZEVEDO, 2016, p.148)

Por outro lado, a economia cafeeira investe na mão de obra de imigrantes, principalmente italianos, no qual se conformaria como política do embranquecimento. Dessa forma, como afirma Gomes (1990)

> Lojas, porões, cortiços, barracos construídos na periferia da cidade passam então a ser alternativas encontradas pelo escravo para construir um espaço de vida para si, independente do controle do senhor. [...] Além disto, o ganho ensejava ao cativo a possibilidade de gerir seu próprio tempo e seu ritmo de trabalho, permitindo também o reagrupamento daqueles que possuíam as mesmas origens étnicas e culturais. (GOMES, 1990, p.10)

Posteriormente, o discurso higienista no Brasil faz com que cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo realizassem campanhas para esconder os cortiços, que eram considerados sinônimo do "berço principal dos criminosos e desordeiros", uma vez que ser pobre era tido como alguém perigoso. O Estado respondia com força e coerção, já que quem não estava no mercado de trabalho era causador da desordem (Valladares,1991).

A sociedade urbana brasileira foi marcada por uma visão dual e polarizada, por meio do desenvolvimento industrial caracterizado pela transição da economia agroexportadora para uma sociedade urbano industrial, o que gerou grandes "inchaços" nos centros urbanos, no qual reflete diretamente nas condições de moradia da grande parte da população, pois nem todos foram absorvidos pelo mercado de trabalho formal (Valladares,1991).

Na década de 1950 e 1960, há o surgimento das favelas como expressão do crescimento das cidades baseado na segregação sócio espacial, o que demarca o aumento da pobreza nas regiões metropolitanas. Esse processo de precarização da moradia só agravou ainda mais ao decorrer dos anos, mediante um processo de urbanização desigual, visto que uma das características mais perversas da expansão urbana brasileira é "que não se tem lugar para todo mundo (HARVE, 2008). Os pobres são destinados as periferias, que são áreas mais desvalorizadas e ambientalmente mais sensíveis, como encostas, tocos de morros, palafitas, tudo isso diante da falta de opção formal para as pessoas de baixa renda.

Segundo Ivo (2010)

> A integração dos países latino-americanos no curso da mundialização da economia e da reestruturação produtiva dos anos oitenta, no entanto, afetou

> gravemente as condições de reprodução do trabalho e dos trabalhadores no espaço urbano, dado o processo de desindustrialização, empobrecimento das classes médias e trabalhadoras, desemprego, precarização e vulnerabilidade dos postos de trabalho, bem como adensamento das camadas populares em áreas de residência precária. À pobreza estrutural agrega-se agora um processo de dessocialização de imensas camadas de famílias trabalhadoras e o empobrecimento de setores médios, além da precarização de trabalho no núcleo de trabalhadores assalariados, com repercussões sobre as condições de vida de suas famílias. (IVO Anete, 2010, p. 18-19).

Diante disso, surgimento das políticas habitacionais no Brasil ocorre somente em 1988, através da Constituição Federal e posteriormente regulamentada pelo Estatuto da Cidade por meio da Lei Federal 10.257/ 2001, o que denota como o processo de urbanização no Brasil não acompanhou o crescimento demográfico.

2.1 As palafitas como expressão da questão urbana

As primeiras ocupações de palafitas no Brasil ocorrem na década de 1960, ligada ao processo de industrialização e êxodo rural, onde os trabalhadores saem do campo em busca de empregos nas grandes cidades.

Neste cenário, busco compreender como as palafitas estão configuradas no debate da questão urbana? E qual é papel do Estado nessa realidade? Se as políticas públicas voltadas para as famílias palafitadas atendem as necessidades delas?

No Brasil, o maior complexo de palafitas do país se encontra em São Paulo, na cidade de Santos as margens do Rio dos Bugres. Segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, mais de 20 mil pessoas viviam na condição de palafitadas.

As palafitas podem ser consideradas um dos piores lugares para se viver, Gomes define como “um tipo de habitação suspensa por estacas, que se intercomunicam através de pontes de madeiras, construídas em áreas alagadas, sujeitas às variações da maré ”(2001, p.39), esse tipo estrutura é facilmente comprometida devido aos fatores naturais como a maresia, vento e umidade, o que acarreta em custos para manutenção desse tipo habitação, uma vez que as vigas de madeiras se deterioram facilmente. Por essa razão, os moradores desmatam os manguezais para obtenção de novas vigas que sustentam a estrutura.

1Universidade Federal do Maranhão- UFMA. Graduanda em Serviço Social. E-mail: helanearaujo013@gmail.com

Por outro lado, essa ação compromete todo o equilíbrio desse ecossistema, que depende desse manguezal para sua sobrevivência, uma vez que os manguezais também são responsáveis pela contenção da força da maré e sua extinção coloca em risco a vida das famílias palafitadas.

É muito comum as palafitas possuírem uma estrutura inclinada, as casas sempre balançam bastante, justamente pela dificuldade de manter essa habitação de pé, o que acarreta diversos riscos de desabamento colocando em risco a vida dos moradores. No entanto, as palafitas se tornam uma das poucas opções de moradia para as famílias que não possuem condições de arcar com gastos de aluguel, água, luz e dentre outras necessidades para sua sobrevivência.

3 AS CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS PALAFITADAS EM SÃO JOSÉ DE RIBAMAR :indicações preliminares

O município de São José de Ribamar foi emancipado em 24 de setembro de 1952, localizado na Região Metropolitana de São Luís, possuindo uma área territorial 388, 37 km^2, sendo atualmente é a terceira maior cidade em índice populacional do estado do Maranhão, de acordo o último censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) com 170.423 habitantes, cuja as principais atividades econômicas são a pesca e o turismo religioso.

Como grande parte das cidades brasileiras, São José de Ribamar expressa diversas contradições no seu espaço urbano, uma delas é ocupação dos manguezais com as palafitas. Em seu último Plano Diretor aprovado em 2019, consta como Objetivos e Diretrizes no capítulo II art°5

> I - a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar da população; II - a garantia da dignidade humana da população; III - a universalização do direito à cidade; IV - a universalização da mobilidade e acessibilidade; V - promover o cumprimento da função social da cidade e da propriedade; VI - a promoção da preservação, da conservação e da recuperação do ambiente natural, com priorização para as nascentes e/ou olho d`água, mangues, restingas, dunas, mananciais e fundo de vales (incluindo matas ciliares), rios perenes e intermitentes, cursos d'água, praias e encostas com declividade superior a 45°, localizados no território municipal;

Seguindo com as Diretrizes art°6 parágrafo I

> I - fomentar o desenvolvimento do território respeitando o ambiente e as pessoas, compatibilizando o uso e a ocupação com a recuperação e a proteção do ambiente natural e construído, incrementando melhores

> condições de acesso à terra regularizada, à habitação, ao trabalho, à mobilidade territorial, aos equipamentos públicos e aos serviços públicos à população, impedindo a ociosidade dos investimentos coletivos em infraestrutura e reprimindo a ação especulativa do solo do território municipal, seja urbano ou rural;

Há mais de 25 anos, a realidade dos moradores do bairro da Campina demonstra a ausência de medidas que possibilitam a concretização desses objetivos por parte do poder público. No último censo do IBGE realizado em 2010, constava a existência de 27 aglomerados subnormais, hoje somente no bairro da Campina. De acordo com dados do Centro de Referência da Assistência Social- CRAS, 24 famílias cadastradas no CadÚnico encontram-se em condição de palafitadas, no qual vivem em situação de extrema pobreza cuja principal fonte de renda é proveniente da pesca e da mariscagem, bem como o benefício do Programa Bolsa Família, por ser uma área com muitas mães solteiras que não podem trabalhar para cuidar dos filhos, como afirma assistente social que atende essas famílias.

A emergência da situação vivenciada por essas famílias, além da condição precária de moradia, é a ausência de saneamento básico, pois logo na entrada do bairro uma enorme vala de esgoto desagua no mar sem qualquer tipo de tratamento adequado. Sendo uma área com muitas crianças, gestantes e idosos, o ambiente insalubre implica na sua qualidade de vida.

A partir disso, ficam sujeitos as diversas doenças e endemias, uma vez que as palafitas também estão cercadas por uma área de casas de alvenaria, que um dia já foram palafitas, onde os moradores realizaram um certo tipo de aterramento para poder realizar a construção. Essas casas ainda estão numa área de alcance do mar, configurando uma “nova espécie de palafita”.

Nas palafitas, os moradores convivem diariamente em contradição, a água que é vista constantemente pelas janelas é escassa nas torneiras. Isso acontece porque todo encanamento é improvisado feito de maneira irregular, possuindo uma tubulação frágil muitas vezes substituídas por mangueiras de jardinagem.

Neste cenário, a qualidade de vida dessas famílias é altamente comprometida, visto que o consumo de água se dá por meio de uma encanação exposta ao esgoto doméstico e ao lixo, além dos coliformes fecais ali despejados, já que o próprio

[1]Universidade Federal do Maranhão- UFMA. Graduanda em Serviço Social. E-mail: helanearaujo013@gmail.com

“processo de organização das palafitas devastam os manguezais e alteram seu equilíbrio, poluem as águas comprometendo todo ecossistema” (GOMES, 2001, p.40).

À vista disso, como não possuem condições financeiras para compra de água mineral, estão sujeitas a fazerem uso dessa água para todas atividades domésticas, assim como para seu próprio consumo. O que por diversas vezes já acarretou no contágio de inúmeras doenças de veiculação hídrica, como diarreia, cólera, amebíase, giardíase, esquistossomose e dentre outras doenças.

Partindo disso, é notório como a degradação ambiental impacta diretamente na vida dessas famílias, haja vista que parte do seu sustento provém da pesca na região, onde já se é possível notar a escassez de alguns mariscos e peixes. Como afirma Silva apud Gomes “o saneamento básico tem importante papel na conservação ambiental, bem como a qualidade de vida e no desenvolvimento das comunidades. Portanto, a sua carência revela como consequência o agravamento da saúde da população” (SILVA, 1990, p.5 apud Gomes).

As instalações de luz também se dão de forma irregular, muitos cabos cortam as vielas para levar energia elétrica. Os chamados “gatos” se tornam essenciais para quem vive nas palafitas. Estas fiações inadequadas deixam essas famílias expostas aos riscos de acidentes, como incêndios. A mobilidade também é altamente comprometida nesse cenário, uma vez que essas pessoas não podem sair à noite, seja devido à falta de iluminação ou o aumento do nível da maré.

Em 2010, a prefeitura municipal inaugurou uma cozinha comunitária, que faz parte do Projeto Cozinha Escola, onde diariamente são distribuídas uma refeição para cerca de 200 famílias. Para se ter acesso ao benefício, a família deve fazer parte do CadÚnico, além de passar por uma avaliação da assistente social do CRAS. As famílias palafitadas eram público alvo desse projeto, mas nos últimos anos com o aumento da demanda para o acesso a cozinha comunitária, as famílias fazem parte de sistema rotativo mensal para receberem as refeições. Exceto esse projeto que foi pensado para população de baixa renda no geral, até hoje não se teve nenhum tipo projeto da prefeitura voltado especificamente para o atendimento dessas famílias, que na maior parte das vezes só usufruem do Programa Bolsa Família a nível federal, além dos benefícios eventuais previsto na Política de Assistência, como a distribuição de cesta básica e enxoval, através do CRAS- Raimundo.

Algumas dessas famílias chegaram a ser beneficiadas pelo Programa Federal Minha Casa Minha Vida em 2009, mas devido aos conjuntos habitacionais serem

lugares remoto e inicialmente sem serviços básicos como: escolas, posto de saúde e até mesmo transporte público, aliado ao fato de ao se deslocarem das palafitas estariam longe da principal fonte de renda que é pesca, além de não possuírem renda para arcar com custos de água, luz dentre outros, o que ressalta a "interdependência entre políticas habitacionais e as de emprego" (PEDRÃO, 1989, p.21). Logo, essas famílias se viram na condição de permaneceram nas palafitas, mesmo vivendo em condições precárias de moradia e saúde, estão localizadas na sede do munícipio, diferentemente dos conjuntos habitacionais que faziam parte do programa Minha Casa Minha Vida.

Outro fator a ser ressaltado na realidade vivida por essas famílias é o aumento da violência nos últimos anos, principalmente pelo crescimento das facções na região. O que coloca toda população em mais uma vulnerabilidade social, já que o tráfico de drogas se tornou o meio de sobrevivência entre as famílias palafitadas, uma vez que em todas as gestões, inúmeras promessas são realizadas no período eleitoral, mas logo depois essa população é esquecida novamente pelo poder público. Como versa Maricato (1999) "A gestão urbana e os investimentos públicos aprofundam a concentração de renda e a desigualdade. " (MARICATO, 1999, p.7).

Diante disso, é notório como o número de famílias palafitadas tem crescido não apenas no bairro da Campina, assim como em outros bairros do município, onde as famílias sem terem total consciência do risco que correm, encontram na palafita uma opção para morar, mas mesmo que soubessem, qual opção teriam? Está é uma realidade que nunca está nas grandes mídias. A "cidade oficial" como diz Maricato, São José de Ribamar só ganha atenção principalmente durante o festejo de São José, fora isso a "cidade real" é invisibilizada pela mídia. Ressaltando o quanto "o espaço urbano não é apenas um mero cenário para as relações sociais, mas uma instância ativa para a dominação econômica ou ideológica" (MARICATO, 1999, p.9).

4- CONCLUSÃO

Em suma, a realidade vivida pelas famílias na condição de palafitadas ressalta a importância do debate acerca do processo de urbanização brasileiro e ao fortalecimento de movimentos sociais com essa pauta, no intuito de visibiliza a luta

1Universidade Federal do Maranhão- UFMA. Graduanda em Serviço Social. E-mail: helanearaujo013@gmail.com

pela implementação de políticas públicas que de fato atendam a necessidade dessa população. Deve-se também buscar o fim da individualização na questão habitacional no Brasil, como se fosse uma escolha das famílias viverem em palafitas, quando justamente a falta de opções as conduziram a essa condição.

As questões ambientais e habitacionais se mostram intrinsecamente ligadas, os impactos na qualidade de vida das pessoas e no meio ambiente são determinados pelo modo como a sociedade se organiza. Vivendo sob uma cidade neoliberal, determinada pelo mercado, só aumenta mais as desigualdades, demostrando como se discute pouco a totalidade das cidades brasileiras, assim como o papel do Estado nessa realidade.

Diante disso, foi possível notar a escassez de trabalhos acerca da realidade das famílias palafitadas no Bairro da Campina, em São José de Ribamar. Área de palafitas não é possível encontrar em ferramentas de busca como google maps. Visto que no futuro pretendo utilizar essa realidade como objeto monográfico, buscou-se dá visibilidade aos sujeitos que vivem na condição de palafitados, deixando claro que essa problematização não se encerra aqui, uma vez que estudo visou uma aproximação do objeto.

REFERÊNCIAS

BATISTA L.N; CHRISTMANN S.S. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v. 10, n. 3, p. 669-671, 2016. ISSN: 1982-3878 João Pessoa, PB, DGEOC/CCEN/UFPB – http://www.okara.ufpb.br

B. L. Ivo, Anete **Questão Social e Questão Urbana: laços imperfeitos** Caderno CRH, vol. 23, núm. 58, enero-abril, 2010, pp. 17-37 Universidade Federal da Bahia Salvador, Brasil.

BERZOINI, Ricardo. **O programa Minha Casa Verde e Amarela- Produto de Mercado**, 2020. Disponível em: https://www.fenae.org.br/portal/fenae-portal/noticias/artigo-de-ricardo-berzoini-critica-o-programa-casa-verde-e-amarela-e-um-produto-de-mercado-8A19A304764E88B601768767059030DA-00.htm Acessado em: 14/04/21

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**.4.ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1983.

COSTA, Duane Brasil; AZEVEDO, Uly Castro de. **Das senzalas às favelas: por onde vive a população negra brasileira. Socializando** · ISSN 2358-5161 · ano 3 · nº1 · Jul · p. 145-154 · 2016.

DAVID, Harvey. **Direito à Cidade**. Trad.Revista Piauí e publicado no Blog Boitempo Set/Out, 2008. Disponível em: https://www.esquerda.net/artigo/o-direito-%C3%A0-cidade-por-david-harvey/30344. Acessado em: 13/04/21

GOMES, Marcos Aurélio A. de Filgueiras. **Escravismo e cidade**: notas sobre a ocupação da periferia de salvador no século XIX. Revista de Urbanismo e Arquitetura, América do Norte, 3 set. 1990.

GOMES, Conceição de Maria Texeira. **Degradação Ambiental e qualidade de vida nas áreas de manguezais ocupadas por palafitas em São Luís- MA**. São Paulo. 2001.

IBGE. **Censo universo- Aglomerados subnormais Santos- 2010**. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/santos/pesquisa/23/25359?detalhes=true. Acessado em: 12/04/21

IBGE. **Censo universo- Aglomerados subnormais São José de Ribamar- 2010**. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-jose-de-ribamar/pesquisa/23/25359?detalhes=true. Acessado em: 12/04/21

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. 2ª. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

MARICATO, Ermínia. A terra é um nó na sociedade brasileira...também nas cidades. ***Cultura Vozes***[S.l.], v. no/dez. 1999, n. 6, p. 7-22, 1999.

PEDRÃO, Fernando. **A economia da produção social de moradia. Revista Rua de Arquitetura e Urbanismo**, v.2, n.1, Salvador (1989).

SÃO JOSÉ DE RIBAMAR, Prefeitura Municipal de. **Administração Pública**. 2019. Disponível em: https://www.saojosederibamar.ma.gov.br/detalhe-da-materia/info/conheca-o-projeto-de-lei-do-plano-diretor-de-sao-jose-de-ribamar/87569. Acessado em: 12/04/21

SÃO JOSÉ DE RIBAMAR, Prefeitura Municipal de**. Institucional**. 2020. Disponível em: https://www.saojosederibamar.ma.gov.br/detalhe-da-materia/info/sobre/16469. Acessado em: 12/04/21

1Universidade Federal do Maranhão- UFMA. Graduanda em Serviço Social. E-mail: helanearaujo013@gmail.com

VALLADARES, Licia do Prado. **Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil**. In: BOSCHI, RR. (org). *Corporativismo e desigualdade*: a construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed. IUPERJ, 1991.